

AUTOMEDICAÇÃO: UMA ANÁLISE DA LITERATURA ACERCA DA PRÁTICA, SEUS RISCOS E ELEMENTOS QUE COLABORAM PARA SEU AUMENTO NO BRASIL

Igor Dessupoio Silva¹, Júlia Marinho Trindade², Hysdras Ferreira do Nascimento³, Priscila Tamiasso-Martinhon², Grazieli Simões²

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Cidade Universitária, Brasil
(idessupoio@hcte.ufrj.br)

²Universidade Federal do Rio de Janeiro, Cidade Universitária, Brasil

³União Brasileira de Faculdades, Paraíso do Norte, Brasil

Resumo: A automedicação tem se tornado uma prática cada vez mais comum no Brasil, sendo constantemente empregada no alívio de diversos sintomas. Nesse sentido, entende-se a importância de mitigar os impactos negativos do uso imoderado de fármacos, além de ser vital a conscientização sobre seus riscos. O trabalho busca realizar uma análise descritiva-qualitativa a partir de uma revisão bibliográfica, evidenciando a prática de automedicação, fatores que contribuem para tal hábito e os riscos resultantes.

Palavras-chave: Automedicação; Fármacos; Paracetamol; Omeprazol.

INTRODUÇÃO

Os medicamentos são recursos vitais aos seres humanos, tendo em vista sua relevância na promoção da saúde e bem-estar. Arrais e colaboradores (2016) abordam sua fundamentalidade na prevenção de doenças, controle de sintomas, infecções e intervenções médicas, bem como para o desenvolvimento de novas pesquisas na área das ciências da saúde. Em 2019, o Brasil se encontrava em sexto lugar entre os países com maiores índices de consumo de medicamentos no mundo, segundo pesquisa encomendada pela IQVIA (ICTQ, 2020), em consequência de grande parte da população que se automedica (Serenio et al., 2020).

A automedicação tem se tornado uma prática cada vez mais comum no país, sendo constantemente empregada no alívio de sintomas leves e/ou graves dos indivíduos, e realizada sem a orientação adequada dos profissionais de saúde (Matias et al., 2024). Automedicar-se significa utilizar medicamentos para a mitigação de sintomas, sem prescrição médica ou qualquer tipo de acompanhamento (Santos et al., 2023). Apesar de ser aparentemente conveniente, tal prática pode promover a exposição a riscos consideráveis à saúde da sociedade (Borrozino, 2019; Ferreira et al., 2021).

Segundo Serenio, Silva e Silva (2020) e Matias, Deuner e Oliveira (2024), a prática da automedicação não ocorre exclusivamente e de forma exacerbada, no Brasil, sendo observada em outros países. Os

mesmos entendem que é de extrema necessidade mitigar os resultados negativos relacionados ao uso indiscriminado de medicamentos, sendo “vital aumentar a conscientização sobre como evitar tais atividades prejudiciais” (Matias et al., 2024, p. 2). Em outras palavras, a reflexão sobre o uso racional dos medicamentos e sua administração adequada é essencial, uma vez que sua utilização indevida, e não seletiva, pode levar a resultados adversos (Freitas et al., 2022). Possíveis consequências graves desta prática incluem, por exemplo, a falha no controle ou na resolução do problema de saúde, e prováveis casos de envenenamento e de fatalidades devido às implicações de natureza tóxica (Reis et al., 2016 apud Freitas et al., 2022; Jaybhaye et al., 2022).

Pode-se dizer que a facilidade da automedicação encontra-se associada a alguns fatores como o acesso à consultas médicas, em que determinadas situações são restritas, a precariedade dos atendimentos em serviços de saúde (Durães et al., 2015) e a ausência de obstáculos para obtenção de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) que, apesar de serem considerados seguros e eficazes, podem apresentar riscos à saúde quando utilizados de forma inapropriada e exacerbada (Soterio e Santos, 2016). Vale destacar que o âmbito familiar contribui significativamente para esta prática, pois os medicamentos são compartilhados de maneira frequente entre os membros que compõem a família, quando há o aparecimento de sintomas equivalentes e/ou semelhantes (Rubio, 2017).

O presente trabalho busca realizar uma análise descritiva-qualitativa a partir de um escopo bibliográfico, para evidenciar a prática da automedicação, através de uma inter-relação dos fatores que desencadeiam tal ação e os riscos resultantes. Destaca-se ainda que o foco adotado neste trabalho é referente aos medicamentos presentes no dia a dia e a facilidade de acesso, usando como exemplo o Paracetamol, o Omeprazol e Ácido Acetilsalicílico (AAS).

MATERIAL E MÉTODOS

O presente artigo, em primeiro momento, emerge em uma aula da disciplina Seminários II, parte integrante da grade curricular do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), em que foram propostos temas “tabus” para realizar apresentação de trabalhos orais – rodas de conversas e entrevistas – e trabalhos escritos. Em um segundo momento, os autores – ambos licenciados em química, sendo a segunda autora também técnica em enfermagem – concordaram com a temática de automedicação, dando ênfase nos medicamentos do dia a dia e facilidade de acesso.

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), analgésicos e antitérmicos são os medicamentos mais utilizados por pessoas que se automedicam (ICTQ, 2018), justificando a escolha do Paracetamol como um dos focos deste trabalho. A escolha do Omeprazol é referente ao uso pessoal e em comum pelos autores, constatação que apresenta relevância para a temática.

O presente estudo compartilha uma revisão da literatura sobre o tema “Medicamentos do dia a dia, automedicação e seus riscos”, utilizando-se materiais bibliográficos como artigos, livros, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC, dissertações e teses) – acessados em base de dados como *Scholar Google*, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *ResearchGate* e Portal de Periódicos da CAPES –, websites de pesquisa e portais de notícias, com o auxílio dos descritores: Paracetamol, Omeprazol, Automedicação, uso racional de medicamentos e Fármacos.

Alguns critérios foram adotados para a seleção dos materiais base para o trabalho, tais como idioma, acesso, disponibilidade e temática. Nesse cenário, incluiu-se materiais bibliográficos em língua portuguesa e inglesa, textos de acesso gratuito, disponíveis na íntegra e que integrassem o tema proposto, bem como as bases que o compreendem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo da história da humanidade, os medicamentos sempre estiveram alinhados com as crenças da época, com as descobertas e necessidades

sociais predominantes em seus respectivos locais de descoberta/invenção (Mello, 2006; Moretto e Brandão, 2016), conforme abordado no Quadro 1.

Quadro 1. Evolução dos medicamentos em função da crença

2500 – 2000 AEC	Medicamentos com bases naturais, como folhas, raízes e outros derivados vegetais	Alves (2013); Moretto (2016); Silva et al. (2023)
1000 AEC	Era pautada na medicina religiosa, onde preces e soluções milagrosas assumem papel principal	Melo; Ribeiro; Storpirtis (2006); Moretto e Brandão (2016)
1842 EC	Transição para a farmacêutica com base científica, marcada pela introdução do Éter como anestésico	Souza (2012)

Fonte: Autoria própria (2024).

Segundo Silva e colaboradores (2023), os produtos farmacêuticos mais antigos remontam aos tempos antigos, por volta de 2500 – 2000 Antes da Era Comum (AEC), quando as propriedades medicinais das plantas foram aproveitadas pelos povos orientais, principalmente os chineses. Estudos de Alves (2013) mostram o aparecimento destes itens de origem farmacêutica, para fins de tratamento, por civilizações antigas egípcias, gregas e indianas, nessa mesma era (Alves, 2013; Silva et al., 2023).

A evolução da terapêutica se deu de forma lenta e gradual através das eras, sendo caracterizadas por uma organização imprecisa dos documentos relacionados às descobertas e avanços médicos alcançados (Moretto e Brandão, 2016). Embora breve, a Figura 1 oferece um vislumbre dos principais marcos na evolução das ciências, tecnologias, supervisão de medicamentos e intervenções farmacêuticas no campo da saúde humana, nos séculos XIX, XX e XXI.

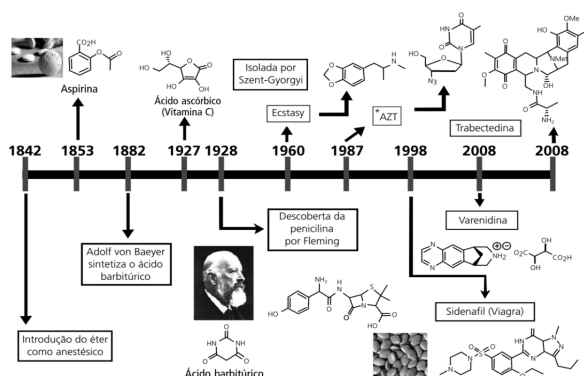


Figura 1. Histórico da descoberta de alguns fármacos.

Fonte: Souza (2012).

Vale destacar outras importantes substâncias descobertas anteriormente às apresentadas na Figura 1, como a cânfora, em 1200 Era Comum (EC), e o isolamento do betacaroteno, em 1831 EC, que culminaram na aproximação entre Química e Farmácia, chegando a dificultar a distinção entre ambas áreas de conhecimento (Souza, 2012). Nesse cenário, dando origem à Química dos fármacos, também conhecida como Química Medicinal, na busca pela compreensão entre as interações envolvidas no reconhecimento molecular de um fármaco com seu receptor biológico.

Em termos de definição e conceituação, segundo Souza (2012), os gregos utilizavam “a palavra *pharmakon* (fármaco) para descrever tanto as substâncias utilizadas com fins medicinais como para os venenos” (p. 7). Brunton, Dandan e Knollmann (2019) definem fármacos como substâncias químicas de origem natural, animal, produtos de processos biotecnológicos ou substâncias químicas sintéticas que afetam o protoplasma vivo – zona celular (inclusos os órgãos que ela contém) localizada entre o núcleo e a membrana plasmática –, sendo poucas as substâncias excluídas desta definição.

Um medicamento pode ser definido, segundo a RDC 199/06, como uma substância preparada ou formulada com um ou mais componentes ativos e, quando administrada na forma e dosagem apropriadas, provoca um efeito benéfico ao prevenir, curar ou aliviar os sintomas de doenças (Brasil, 2006). Além dos princípios ativos, os medicamentos também podem consistir em vários outros compostos em sua composição, como excipientes, conservantes e solventes. Esses componentes adicionais, embora carentes de propriedades terapêuticas, desempenham um papel crucial na manutenção da estabilidade, das características físico-químicas e dos atributos sensoriais das preparações farmacêuticas, buscando garantir a qualidade geral, eficácia e segurança do medicamento.

A abordagem dos fármacos do dia a dia contida neste trabalho é voltada ao entendimento de que um fármaco do dia a dia é aquele que com facilidade de acesso – venda em estabelecimentos comerciais comuns, como mercados, farmácias e outros –, e economicamente viável (baixo custo para a compra), além da vasta disponibilidade no comércio. Considerando este descritivo, tanto o Omeprazol, quanto o Paracetamol, podem ser enquadrados na definição de fármaco do dia a dia.

O Paracetamol, também chamado de acetaminofeno, trata-se de um medicamento amplamente utilizado e seguro quando administrado corretamente, conhecido por suas propriedades analgésicas – alívio de dores (leve a moderada) e antipiréticas (febre). Este medicamento é encontrado sob forma líquida e sólida, como soluções, gotas, injeções, comprimidos, entre outras, e pode ser administrado por pessoas de diferentes faixas etárias. Além de ser um medicamento acessível, que não exige prescrição médica, o Paracetamol pertence à classe dos anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) (Luiz et al., 2023). Na figura 2, apresenta a fórmula estrutural deste medicamento.

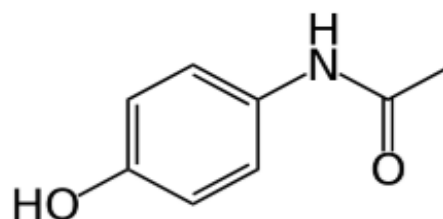


Figura 2. Fórmula estrutural do paracetamol. Fonte: Castro (2014).

O mecanismo de ação do Paracetamol associa o efeito analgésico e sua ação indireta nos receptores canabinoides CB1, região responsável pela memória, pela capacidade motora, cognitiva, aprendizagem, stress, além de atuar no processo da dor (Nogueira e Resgala, 2023). A Figura 3 apresenta uma relação deste mecanismo.

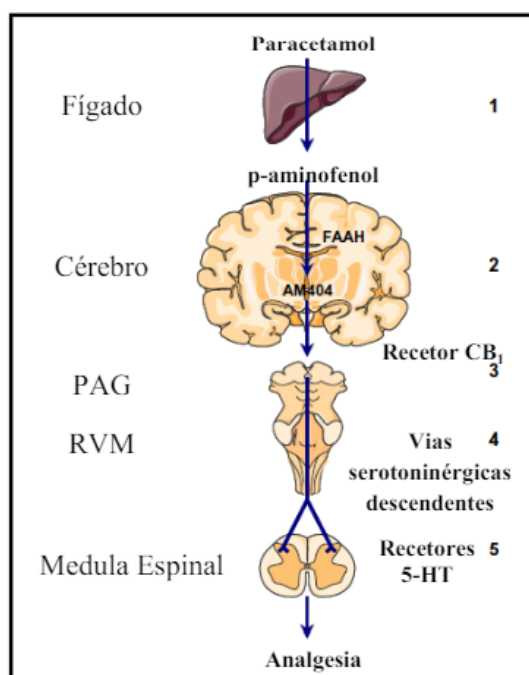


Figura 3. Mecanismo de ação do paracetamol. Fonte: Castro (2014).

O processo apresentado na Figura 3 ilustra o mecanismo de ação do paracetamol, em que inicia-se com o Paracetamol sendo desacetilado a p-aminofenol no fígado. Em seguida, o p-aminofenol é metabolizado no cérebro pela FAAH (amida hidrólase de ácidos graxos) em AM404 (N-araquidonoilfenolamina), e a AM404 reforça a atividade dos receptores CB1 (receptor canabinoide 1) supraespinhais. Esses receptores supraespinhais reforçam a atividade dos receptores serotoninérgicos, e a liberação espinal de serotonina inibe a transmissão de estímulos nocivos, produzindo antinocicepção e analgesia, sendo substância cinzenta periaquedutal (PAG) e medula rostroventral (RVM) (Castro, 2014).

O Paracetamol pode ser encontrado em unidades farmacêuticas sob forma genérica e em diversos nomes comerciais, como Tylenol®. Na bula do Paracetamol prescrita pela empresa farmacêutica EMS, a dosagem indicada para adultos e crianças, de 12 anos ou mais, pode variar de 500 a 1000 mg/dose com intervalos de 4 a 6 horas entre cada uso, não excedendo o total de 4 g em 24 horas. Já o Paracetamol 750 mg, o indicado é a ingestão de um comprimido, 3 a 5 vezes ao dia, de modo que não exceda cinco comprimidos, em doses fracionadas, em um período de 24 horas (Paracetamol, s.d.). O uso deste medicamento em doses superiores às recomendadas, e por períodos prolongados, pode causar danos significativos como hepatite medicamentosa e até mesmo levar à morte (SINCOFARMASP, 2021).

O Omeprazol é um medicamento utilizado com vários fins terapêuticos, no tratamento de doença do refluxo gastroesofágico, gastrite, úlcera gástrica (*Helicobacter pylori*), e na prevenção do sangramento da mucosa relacionado com estresse (Souza et al., 2013). Esse medicamento (Figura 4) é o principal representante da classe farmacológica dos Inibidores da Bomba de Prótons (IBP) (Yanagihara et al., 2015).

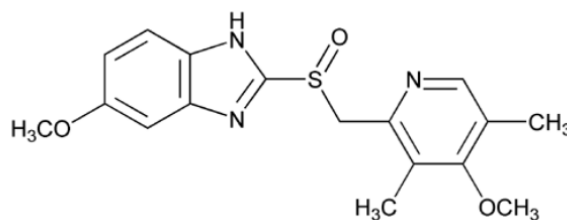


Figura 4. Fórmula estrutural do Omeprazol. Fonte: Adaptado de Testa (2013).

O Omeprazol atua na inibição da secreção de ácido gástrico ao promover o bloqueio específico e irreversível da bomba de prótons (H^+/K^+ ATPase) presente na célula parietal gástrica. Como consequência, ocorre uma redução da liberação do ácido clorídrico pelas células parietais estomacais, o que promove a diminuição da acidez gástrica por 24 a 48 horas (Yanagihara et al., 2015). Além do Omeprazol, outros medicamentos enquadram-se na classe de IBPs como é o caso do Lansoprazol, Pantoprazol, Rabeprazol, Esomeprazol, Dexlansoprazol e o Tenatoprazol (Braga et al., 2011).

Os problemas de saúde representam situações cotidianas na sociedade, entretanto, é comum que pessoas não procurem auxílio médico (Santos et al., 2023) para o tratamento de sintomas considerados leves. É neste contexto que a prática da automedicação se intensifica. Trebien (2011) analisa que “o uso inadequado de medicamentos é fato bastante conhecido e frequente no Brasil, e uma das causas centrais desse uso inadequado é a prática da automedicação – na qual o indivíduo leigo na área da saúde, ou seja, sem formação específica, toma medicamentos por conta própria (Trebien, 2011, p. 19)”.

Na comunidade médico-farmacêutica, a automedicação é um assunto amplamente debatido que se expande globalmente, provocando consequentemente, uma apreensão internacional, dada sua repercussão em várias nações (Malik et al., 2020; Quispe-Cañari et al., 2021).

Oficialmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera automedicação como sendo o ato de selecionar e administrar medicamentos para o controle e/ou tratamento de sintomas ou enfermidades autodiagnosticadas sem quaisquer prescrições médicas, incluindo também chás e outros

produtos naturais (OMS, 1998; Arrais et al., 2016; Sereno et al., 2020). Santos, Albuquerque e Guedes (2022) destacam que a automedicação se agrava à medida que este fenômeno se torna mais comum, independente de qual seja sua origem.

O Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade Industrial (ICTQ) realiza pesquisas acerca do consumo de medicamentos desde 2014. Marcus Vinicius Andrade, um dos pesquisadores responsáveis, indica que estes estudos elucidam um problema social que “antes era baseado em ‘achismos’, mitos e nenhuma estatística científica” (Andrade, 2020, n. p.). A Tabela 1, mostra os dados coletados pelo ICTQ, pelo Datafolha e pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF) sobre a automedicação no Brasil no período de 2014 a 2024.

Tabela 1. Automedicação no Brasil entre 2014-2024

Anos	Frequência Relativa de Automedicação (%)	Referência
2014	76%	ICTQ (2014, 2020)
2016	72%	ICTQ (2020)
2018	79%	ICTQ (2018, 2020)
2020	81%	ICTQ (2020)
2022	89%	ICTQ (2022)
2024	90%	ICTQ/Datafolha (2024)

Fonte: Autoria própria (2024).

O departamento de pesquisas do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade industrial divulga os dados coletados sobre as pesquisas em automedicação no Brasil em regime bienal, compreendendo dados de dois anos seguidos. Em 2014, o ICTQ inicia sua pesquisa coletando dados sobre a automedicação na população sem qualquer prescrição médica, com altos valores (cerca de 76%). Neste estudo, o instituto traz a indicação como um dos principais motivos para o alto valor apresentado na tabela (ICTQ, 2014).

Em 2016, esse valor varia para baixo, entretanto, mantém-se acima dos 70%, não deixando explícito os motivos pela queda nos números. Iuras e colaboradores (2016 apud Moura, 2022) elucidam que, dentre as classes de medicamentos, os analgésicos estão entre os mais utilizados para automedicação no Brasil, conforme mostra a Figura 5.

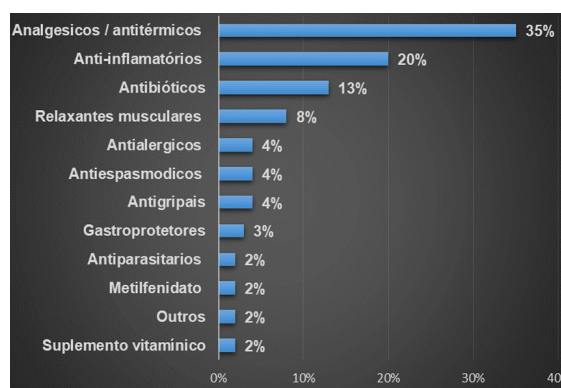


Figura 5. As classes de medicamento mais utilizadas. Fonte: Adaptado de Iuras et al. (2016 apud Moura, 2022).

De acordo com o gráfico apresentado na Figura 5, os analgésicos assumem a primeira posição, com 35% dentre os tipos de medicamentos mais utilizados. Moura (2022) associa este fato à “associação positiva com as várias regiões do País e entre pessoas com doenças ou condições crônicas” (p. 17). Estes dados corroboram com estudos anteriores, onde já se observava a predominância destes medicamentos no fenômeno de automedicação, conforme apontado pelos trabalhos de Neres (2010) e Silva e colaboradores (2011).

Em 2018, os índices voltaram a subir, assumindo o valor de 79% da população praticando a automedicação. E, novamente, o ICTQ indica os “prescritores” leigos como sendo um fator para o aumento dos números, com a família sendo responsável pela maior taxa, cerca de 68% dos casos de “prescrição leiga” para a população; seguido por balconistas de farmácia, amigos e vizinhos, assumindo os respectivos valores: 48%, 41% e 27% (ICTQ, 2018). A Figura 6 indica os medicamentos mais utilizados na prática de automedicação.

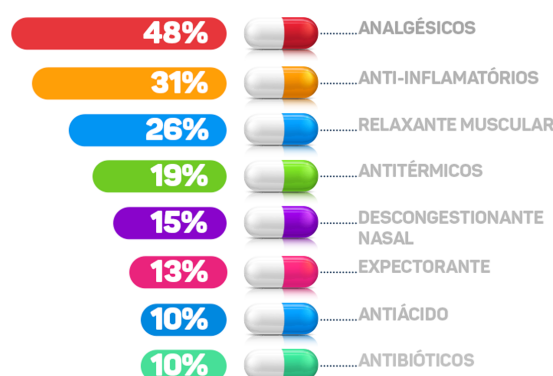
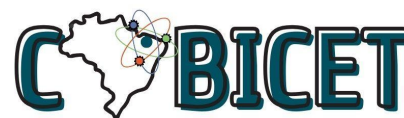


Figura 6. Medicamentos mais administrados em caso de automedicação. Fonte: ICTQ (2018).

Os dados demonstram a predominância dos analgésicos como os mais utilizados pela população brasileira, subindo de 35% para 48%, em um período



de 2 anos (2016 – 2018), seguido pelos anti-inflamatórios, que seguiram em uma queda de 4%, passando de 35%, em 2016, para 31%, em 2018 (ICTQ, 2018).

Em 2020, o Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade observou um aumento de 2% nos índices de consumo de medicamentos por conta própria, passando a indicar que 81% dos brasileiros se automedicam (ICTQ, 2020). Andrade (2020) prevê o constante aumento desses índices, por falhas no controle de vendas de medicamentos pelos órgãos responsáveis pelo sistema de saúde brasileiro. Outro aspecto de igual importância, na análise do ICTQ, é a escolha da população, culturalmente, (ICTQ, 2020) em “não receber orientação do farmacêutico sobre o medicamento que está pegando na gôndola de acesso livre da farmácia” (Andrade, 2020, n. p.). Acredita-se que este aumento pode ter sido ocasionado pela pandemia de COVID-19 (Cavalheiro e Ungari, 2020; Santos et al., 2023), associado ao uso indiscriminado de medicamentos sem comprovação de eficácia para tentar curar a COVID.

Vale destacar um caso importante, ainda em 2020, no qual a atriz Klara Castanho passou a fazer parte das estatísticas sobre automedicação, quando foi vítima de uma reação alérgica ao ingerir um medicamento anti-inflamatório que já possuía costume de utilizar (ICTQ, 2020). Este fato pode evidenciar que a prática de automedicação está inserida no cotidiano das mais diversas camadas sociais no Brasil.

Filler e colaboradores, em 2020, realizaram estudos sobre a automedicação considerando os níveis de escolaridade de seus entrevistados. Os estudos indicaram que os universitários são o grupo que mais praticam a automedicação, enquanto que as pessoas com apenas o ensino fundamental possuem o menor índice de automedicação, apresentando, respectivamente, os valores de 51% e 0,51% (Filler et al., 2020).

No dia 5 de maio de 2022, dia nacional do uso racional de medicamentos, o ICTQ divulgou os dados referentes à automedicação no ano de 2022, onde constatou-se mais um aumento nos índices, assim como previsto em anos anteriores, chegando a um total de 89% da população, indicando considerável aumento desde o início das pesquisas, em 2014 (ICTQ, 2022) – diferença aproximada de 22% em 8 anos. Ainda em 2022, a ICTQ publicou as classes de medicamentos mais utilizados no ano, constatando que os analgésicos ainda assumem a primeira posição, com um aumento de 48%, em 2018, para 64%, em 2022.

No Brasil, em 2024, segundo a pesquisa conjunta entre ICTQ, Datafolha e O Conselho Federal de Farmácia, em parceria com a IQVIA, demonstrou que as previsões ainda continuaram a se concretizar,

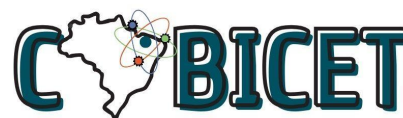
registrando outro aumento seguido, subindo para cerca de 90% (CFF, 2024). Na mesma pesquisa, foi constatado que o fator determinante para este fenômeno pode ser resquícios da desinformação durante a pandemia.

Os riscos que abarcam a prática da automedicação são diversos, entre eles, encontra a intoxicação medicamentosa. Segundo Matos e colaboradores (2018), o uso indiscriminado de medicamentos, seja por administração incorreta, por dosagem inadequada ou quaisquer outro motivo, podem ocasionar reações adversas, como alergias, intoxicações e outros (Santos et al., 2023). O Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, em 2017, registrou que, de todos os casos de intoxicação no Brasil, 27,11% dos casos são causados pela utilização inadequada de medicamentos (Moura, 2022). Além disso, dos 20.637 casos registrados, 50 faleceram em decorrência de complicações da intoxicação por fármacos (Moura, 2022). Dessa forma, a utilização incorreta dos medicamentos podem acarretar a piora de doenças (Santos et al., 2023).

A prática da automedicação com o Paracetamol apresenta diversas problemáticas, visto que em sua maioria, além deste, são utilizados simultaneamente outros medicamentos que também contêm o mesmo princípio ativo em sua fórmula (Oliveira, 2018), como é o caso antigripais, do Torsilax® e do Vick Pyrena®. Por este motivo, é necessário cautela na automedicação com Paracetamol, principalmente ao considerar que este medicamento é a principal causa de danos ao fígado no Ocidente. Nos Estados Unidos, o Paracetamol é responsável por mais de 50% dos casos de falência hepática por overdose e 20% dos transplantes de fígado (Souza et al., 2023).

Como forma de remediar, uma alternativa para promover a desintoxicação por Paracetamol, pode-se citar a lavagem gástrica e a ingestão do carvão ativado (ambos, tratamentos primários), e a N-acetilcisteína (NAC), ministrada em casos mais graves, para promover a restauração dos níveis de glutatona. Vale ressaltar que o tratamento está diretamente associado ao tempo de ingestão do medicamento (superdosagem), ou até mesmo de maneira acidental (Costa e Oliveira, 2021; Alves e Bach Hi, 2020).

A automedicação por Omeprazol é uma prática muito comum no Brasil (Lopes et al., 2022) durante o tratamento de doenças do trato digestório ou na prevenção do surgimento de sintomas, como a dor epigástrica, dependendo da situação do indivíduo. Em outras palavras, em casos associados à gastrite, há um alto consumo de tal medicamento (Wannmacher, 2004). O Omeprazol deve ser administrado a partir da prescrição médica, devido aos riscos associados ao uso indiscriminado e



prolongado, proporcionando danos à saúde, como, por exemplo, a deficiência de vitamina B12, a inibição da bomba de prótons dos osteoclastos e a redução da absorção de cálcio. Como consequência, é possível associar esses danos a maiores riscos de fraturas e ao surgimento de neoplasias (câncer de cólon), e entre outros (Lopes et al., 2022).

Para além dos riscos de saúde, o abuso de substâncias medicamentosas auxiliam no aumento da resistência de microrganismos, como vírus e bactérias (Santos et al., 2023), fazendo com que a eficácia de medicamentos como o antibiótico seja diminuída, ou até inutilizada. Segundo o Conselho Regional de Farmácia do Mato Grosso do Sul (CRF-MS), este fenômeno encontra-se intimamente entrelaçado à administração indiscriminada e inadequado de medicamentos, tornando-se uma preocupação recorrente da OMS, tendo em vista a resultante de aproximadamente 4,95 milhões de mortes ao redor do mundo, em 2019, sendo 1,27 milhões, diretamente atribuídas às condições infecciosas diversas causadas por bactérias resistentes à antibióticos (CRF, 2024).

Os maiores índices de automedicação estão associados diretamente à visão discriminatória da sociedade e ao grau de escolaridade. Pesquisas indicam que as pessoas mais carentes e com escolaridade até o ensino fundamental são as que apresentam maior percentual de uso de medicamentos sem prescrição médica (Silva e Alvim, 2020). Além disso, pessoas em situação de vulnerabilidade econômica são as mais prejudicadas ao acesso às Unidades Básicas de Saúde (UBS), como também na questão da defasagem do fornecimento de medicações pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Apesar dos avanços, ainda existem dificuldades de acesso, demora e baixa qualidade no atendimento dos serviços de saúde, tanto no setor público quanto no privado de saúde. A propaganda de medicamentos sem prescrição médica nas redes sociais e outras mídias, a facilidade do acesso na compra de medicamentos são fatores significativos que contribuem para a prática da automedicação (Naves et al., 2010).

Neste viés, pode-se destacar que a utilização de medicamentos sem a orientação de um profissional da saúde, propicia um consumo desenfreado e perigoso por parte de pessoas sem o conhecimento adequado dos riscos que tal prática pode acarretar à saúde do indivíduo. A indústria farmacêutica, especialmente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) apresenta um planejamento para regulamentar a produção e distribuição de medicamentos visando evitar seu uso inadequado (Palodeto e Fischer, 2018).

Segundo dados coletados por Arrais et al., (2016), da Pesquisa Nacional de Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de medicamentos (PNAUM), bem como a classificação dos medicamentos com o *Anatomical Therapeutic Chemical Classification System*.

As instituições governamentais, como o Ministério da Saúde, com o intuito de conter o uso inadequado de medicamentos, emprega o desenvolvimento de campanhas de conscientização relacionadas às orientações obrigatórias e as campanhas de prevenção às doenças, a fim de conter as doenças e, conseqüentemente, o acesso e consumo indevido dos medicamentos (Silva e Alvim, 2020).

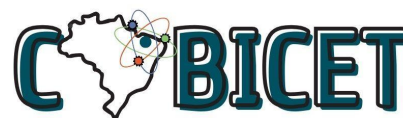
O uso consciente de medicamentos abrange todo o campo social, de modo que influencia diretamente os fatores emocionais e éticos. Sendo assim, é fundamental o desenvolvimento da compreensão dos conceitos e mecanismos referentes à saúde e doença, de modo que o termo medicamento (remédio) deixe de ser sinônimo de saúde e passe a ser visto como um meio de cura utilizado somente quando houver a devida necessidade (Palodeto e Fischer, 2018).

Neste contexto, o Uso Racional de Medicamentos (URM) é caracterizado como o processo que abrange a prescrição adequada, a disponibilidade oportuna, a dispensação correta e o consumo de medicamentos eficazes, seguros e de qualidade nas doses, intervalos e períodos de tempo indicados. Por este motivo, trata-se de uma responsabilidade da esfera social, que visa garantir que os medicamentos cheguem às pessoas que precisam utilizar de forma controlada, evitando desperdícios e erros de fórmula (Monteiro e Lacerda, 2016; Brasil, 1998). Tal aspecto é alcançado devido às estratégias como o planejamento adequado sobre os serviços das organizações farmacêuticas, com prescrições racionais, a obediência, bem como também a promoção de programas educativos voltados à comunidade (Monteiro e Lacerda, 2016; Palodeto e Fischer, 2018).

De acordo com a ANVISA, a situação da automedicação se agrava quando a pessoa mantém o hábito na tentativa de cura sem acompanhamento médico, o que pode ocasionar, nesses casos, o risco de intoxicação por consumo excessivo de remédios (Palodeto; Fischer, 2018).

CONCLUSÃO

Os medicamentos constituem uma importante e significativa parte da vida das pessoas, apresentando-se como uma forma não só de cura e tratamento, mas também de prevenção de doenças. Entretanto, o uso de medicamentos sem a devida prescrição e orientação médica, pode acarretar riscos à saúde como intoxicações, reações alérgicas, entre outros.



A automedicação vem se tornando uma prática muito comum no Brasil, e que vem se expandindo muito rapidamente ao longo dos anos. De acordo com os dados analisados e apresentados no decorrer deste trabalho, os índices de automedicação cresce ano após ano, saindo de 76%, em 2014, para cerca de 90%, em 2024, ocasionado, em parte, pela facilidade de acesso que a população possui aos MIPs – Medicamentos Isentos de Prescrição Médica –, sendo observado como os mais consumidos a partir desta prática, visto que é composto principalmente com fármacos presentes no dia a dia, como o caso do paracetamol, do AAS e do Omeprazol. Além disso, pode-se citar a dificuldade, em determinados casos, de acesso às unidades básicas de saúde e a falta de informação sobre os riscos que esta prática pode acarretar à saúde do indivíduo, entre outros.

Verificou-se também que a utilização de MIPs pertencentes às classes dos analgésicos e anti-inflamatórios, encontram-se entre os grandes causadores de problemas hepatotóxicos e gastrointestinais, causados por uso indevido, seja pela dosagem ou pela administração errônea. Nesse cenário, pode-se perceber a grande preocupação da prática da automedicação, tendo em vista que a cada ano o uso de analgésicos foi aumentando significativamente de 35%, em 2016, para 64%, em 2022.

Dentre os diversos MIPs, o presente trabalho deu enfoque a dois importantes: o Paracetamol e o Omeprazol, ambos amplamente difundidos e utilizados pela população brasileira. O primeiro representa um analgésico utilizado para o alívio de dores leves e moderadas, bem como é utilizado com antipirético, atuando na redução da temperatura interna do corpo (febre). Entretanto, ao ser utilizado de forma indevida – superdosagem ou até mesmo um uso contínuo prolongado –, o mesmo pode promover hepatite medicamentosa. Já o Omeprazol, empregado no tratamento de refluxo gastroesofágico e úlceras gástricas, pode camuflar sintomas de outras doenças, bem como favorecer a deficiência de vitamina B12, redução da absorção de cálcio, em casos de uso indevido.

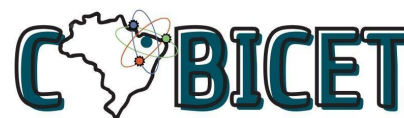
Torna-se imprescindível então mitigar os eventuais riscos e incentivar a busca pela supervisão médica, garantindo diagnósticos corretos e evitando interações medicamentosas perigosas, bem como prevenir complicações associadas ao uso inadequado de medicamentos. Ainda, mediante o exposto, pode-se considerar que a orientação médica e farmacêutica, bem como a atualização e aplicação das regulamentações, são imprescindíveis para o tratamento e prevenção de enfermidades com segurança, e devem ser levadas a sério pela população em geral.

AGRADECIMENTOS

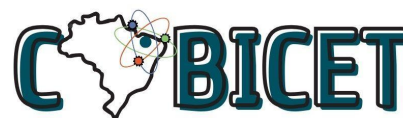
Os autores agradecem a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Grupo Interdisciplinar de Educação, Eletroquímica, Saúde, Ambiente e Artes (GIEESAA) e Grupo Interinstitucional e Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências (GIMEnPEC). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- ALVES, B. M. T.; BACH HI, E. M. Hepatotoxicidade induzida pelo uso excessivo de paracetamol. *UNILUS Ensino e Pesquisa*, v. 17, n. 49, p. 226-238, 2020.
- ALVES, L. F. Produção de fitoterápicos no Brasil: história, problemas e perspectivas. *Revista Virtual de Química*, v.5, n.3, p.450-513, 2013.
- ANDRADE, M. V. Automedicação: Farmacêutico, a culpa não é sua, entenda por que. *ICTQ (Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade)*. 2020. Disponível em: <https://ictq.com.br/opinioao/1110-automedicacao-farmaceutico-a-culpa-nao-e-sua-entenda-por-que>.
- ARRAIS, P. S. D. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 50, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/PNCVwkVMbZYwHvKN9b4ZxRh/?format=pdf&lang=pt>
- BORROZZINO, N. F. et al. Prevenção Quaternária: envelhecendo em sociedades medicalizadas. São Paulo, 2019. (Especialização) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.
- BRAGA, M. P.; SILVA, C. B.; ADAMS, A. I. H. Inibidores da bomba de prótons: Revisão e análise farmacoeconômica. *Saúde (Santa Maria)*, Ahead of Print, v. 37, n. 2, 2011.
- BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resolução nº RDC 199/06, de 26 de outubro de 2006. Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Brasília, 2006.
- BRASIL. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 1998. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html
- BRUNTON, L. L.; DANDAN, R. H.; KNOLLMANN, B. C. *As Bases Farmacológicas da Terapêutica de Goodman & Gilman*. Editora McGraw-Hill, Artmed, 13a edição, 2019. ISBN 978-8580556148



- COSTA, B. A.; OLIVEIRA, C. N. Hepatotoxicidade causada pelo uso excessivo do paracetamol. Revista de Inovação e Tecnologia-RIT, v. 11, n. 2, p. 02-13, 2021.
- CRF - Conselho Regional de Farmácia. Conselho Federal e Regional de Farmácia divulgam dados alarmantes de automedicação. 2024. Disponível em: <https://crfms.org.br/conselho-federal-e-regional-d-e-farmacia-divulgam-dados-alarmanetes-de-automedicacao/>
- FREITAS, P. H. O.; SEBBEN, V. C.; ARBO, M. D. Intoxicações agudas por medicamentos e drogas de abuso no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2016 a 2020. Vittal - Revista de Ciências da Saúde, v. 34, n. 1, p. 51-60, 2022.
- ICTQ (Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade). Pesquisa - Automedicação no Brasil. 2014. Disponível em: <https://ictq.com.br/pesquisa-do-ictq/353-indicacao-de-amigo-reforca-a-pratica-da-automedicacao>
- ICTQ (Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade). Pesquisa – Automedicação no Brasil. 2018. Disponível em: <https://ictq.com.br/pesquisa-do-ictq/871-pesquisa-automedicacao-no-brasil-2018>.
- ICTQ (Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade). Atriz da Globo é vítima de automedicação. 2020. Disponível em: <https://ictq.com.br/farmacia-clinica/1111-atriz-da-globo-e-vitima-de-automedicacao>.
- ICTQ (Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade). Aproximadamente 90% dos brasileiros realizam automedicação, atesta ICTQ. 2022. Disponível em: <https://ictq.com.br/farmacia-clinica/3202-aproximadamente-90-dos-brasileiros-realiza-automedicacao-atesta-ictq>.
- JAYBHAYE, P. et al. Pharmacological toxicology and dangers of self medication. International Journal of Medical Toxicology & Legal Medicine, v. 25, n. 1 and 2, p. 124-126, 2022.
- LUIZ, H. S.; ANDRADE, L. G.; BAIENSE, A. S. R. O uso indiscriminado do Paracetamol. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 9, n. 11, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12589>.
- MALIK, M.; TAHIR, M. J.; JABBAR, R., AHMED, A.; HUSSAIN, R. SELF-MEDICATION during Covid-19 pandemic: challenges and opportunities. Drugs & therapy perspectives, [s. l.], v. 36, ed. 12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40267-020-00785-z>
- MATIAS, G. O.; DEUNER, M. C.; OLIVEIRA, G. O. B. Perigos da automedicação entre os idosos: riscos e prevenções. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 7, n. 14, 2024.
- MELO, D. O.; RIBEIRO, E.; STORPIRTIS, S. A importância e a história dos estudos de utilização de medicamentos. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas, [s. l.], v. 42, n. 4, 2006.
- MONTEIRO, E. R.; LACERDA, J. T. de. Promoção do uso racional de medicamentos: Uma proposta de modelo avaliativo da gestão municipal. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 40, n. 111, 2016.
- MORETTO, L. D.; BRANDÃO, C. D. A história dos medicamentos: a fantástica evolução. Ciências Farmacêuticas - Up pharma, 2016.
- MOURA, E. F. Automedicação: os riscos que essa prática causa a saúde e a importância do farmacêutico na atenção farmacêutica. Orientador: Prof. Me. Júlio César Mendes e Silva. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Farmácia) - Faculdade de Farmácia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.
- NAVES, J. O. S. et al. Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 3, n. 7, 2020.
- NERES, B. S. I. et al. Prevalência da automedicação em acadêmicos de fisioterapia de uma Instituição de Ensino Superior de Teresina. Conscientiae Saúde, v. 9, n. 1, p. 33-37, 2010.
- NOGUEIRA, P. L. et al. Tecnologia Farmacêutica, vol. I, 6a edição, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. ISBN 978-9723109757
- OLIVEIRA, S. B. V. et al. Perfil de medicamentos utilizados por automedicação por idosos atendidos em centro de referência. Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 16, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2018AO4372
- PALODETO, M. F. T.; FISCHER, M. L. A representação da medicação sob a perspectiva da Bioética. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 27, n. 1, 2018.
- PARACETAMOL: comprimidos revestidos. Responsável técnico Ronael Caza de Dio. São Paulo: EMS S/A, [s.a.]. 1 Bula de medicamento. Disponível em: https://www.ems.com.br/arquivos/produtos/bulas/bula_paracetamol_10162_1318.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.



- QUISPE-CAÑARI, J. et al. Self-medication practices during the COVID-19 pandemic among the adult population in Peru: A cross-sectional survey. *Saudi pharmaceutical journal*, [s.l.], v. 29, ed. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jsps.2020.12.001>
- SANTOS, G. G. et al. Os riscos da automedicação: a importância da prescrição farmacêutica. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, [s. l.], v. 4, 2023.
- SANTOS, S. T. S.; ALBUQUERQUE, N. L.; GUEDES, J. P. M. Os riscos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição (MIPs) no Brasil. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 7, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30493>.
- SERENO, V. M. B.; SILVA, A. S.; SILVA, G. C. Perfil epidemiológico das intoxicações por medicamentos no Brasil entre os anos de 2013 e 2017. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 6, 2020.
- SILVA, I. D.; NASCIMENTO, H. F.; SIMÕES, G.; TAMIASSO-MARTINHON, P.; SILVA, R. C. S. Plantas medicinais: Uma revisão bibliográfica sob as óticas histórica, religiosa e etnocientífica. In: *Congresso Scientiarum Historia*, 16, 2023. Anais [...]. Rio de Janeiro, 2023.
- SILVA, I. M. et al. Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 1651-1660, 2011.
- SINCOFARMASP. Os riscos do uso de paracetamol em idosos. Disponível em: <https://sincofarmasp.com.br/>.
- SOUZA, I. K. F. et al. Análise qualitativa das alterações anatomopatológicas na mucosa gástrica decorrentes da terapêutica prolongada com inibidores da bomba de prótons: estudos experimentais x estudos clínicos. *Arquivo Brasileiro de Cirurgia Digestiva*, v. 26, n. 4, 2013.
- SOUZA, J. A.; SILVA, M. S.; ANDRADE, L. G. Uso irracional do Paracetamol em idosos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 9, n. 10, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11656>.
- SOUZA, R. A química e os fármacos: aspectos gerais. In: *SOUZA, R. Química VII - UFRJ*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012. v. 1, cap. 1.
- TESTA, C. G. Avaliação comparativa do perfil de dissolução in vitro de microgrânulos gastrorresistentes de omeprazol de diferentes fabricantes para desenvolvimento de medicamento similar. Monografia - Curso de Pós-graduação do Instituto de Tecnologia de Fármacos – Farmanguinhos/FIOCRUZ - Rio de Janeiro, 2013.
- TREBIEN, H. A. Medicamentos – benefícios e riscos com ênfase na automedicação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: http://farmacologia.bio.ufpr.br/posgraduacao/Professores/Herbert_trebie_n_arq/Medicamentos_automedicacao.pdf.
- WANNMACHER, L. Inibidores da bomba de prótons: indicações racionais, v. 2, n. 1, 2004.
- YANAGIHARA, G. R.; PAIVA, A. G.; NETO, M. P.; TORRES, L. H.; SHIMANO, A. C.; LOUZADA, M. J. Q.; ANNONI, R.; PENONI, Á. C. O.. Efeitos da administração em longo prazo do omeprazol sobre a densidade mineral óssea e as propriedades mecânicas do osso. *Revista Brasileira de Ortopedia*, Pouso Alegre, v. 50, n. 2, 2015.